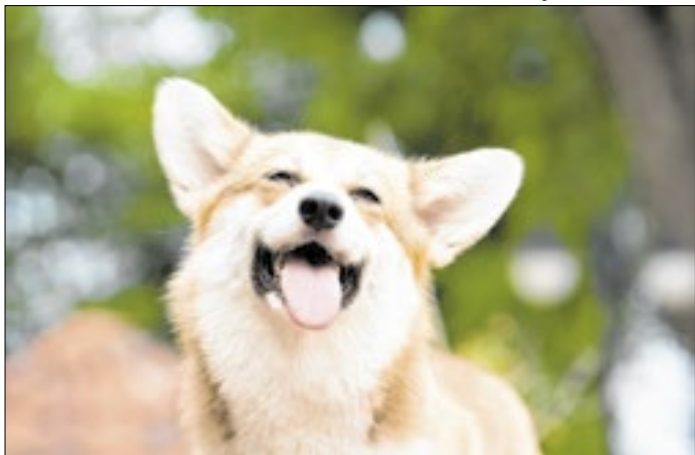


CORREIO CARIOCA

Chutima Chaochaiya/ Adobe Stock



Prefeitura terá que criar programa de esterilização

Controle reprodutivo de cães e gatos a cargo da Prefeitura

A Câmara do Rio analisou, na sessão ordinária desta terça-feira (17), três vetos do Poder Executivo a projetos de lei. Os parlamentares rejeitaram o veto parcial ao PL 922-A/2025, da vereadora Rosa Fernandes (PSD), que acrescenta artigos à Lei 6.435/2018, para dispor sobre o controle reprodutivo de cães e gatos que vivem em companhia de pessoas em situação de rua, que vivem domiciliados em unidades multifamiliares que compartilhem do mesmo espaço com outros animais, e aqueles que residem em propriedade que não lhes impeça o acesso à via pública.

Lei será promulgada por Carlo Caiado

De acordo com a proposta, esses animais deverão ser incluídos em programa permanente de controle reprodutivo a ser executado pela Prefeitura do Rio, que vai prestar esterilização cirúrgica minimamente invasiva – com uso de anestésicos e demais cuidados necessários à eficácia do procedimento, à segurança e ao bem-estar dos animais – e abrigo em período pós-operatório, com a medicação necessária prescrita pela equipe técnica responsável, até a sua efetiva recuperação. O trecho vetado seguirá para publicação, pelo presidente Carlo Caiado (PSD), quando então passará a valer como lei.

Edu Kapps



Centro logístico fica em Jacarepaguá

Expansão de centro logístico

A Secretaria Municipal de Saúde inaugurou na segunda-feira (16) a expansão de sua central logística, localizada na Taquara, em Jacarepaguá. O espaço para o armazenamento de insumos médicos para as unidades de saúde, como vacinas e medicamentos, foi ampliado em 30%, trazendo mais organização, segurança e agilidade aos fluxos de abastecimento e distribuição. As melhorias são fruto de um novo contrato de licitação firmado pela Subsecretaria de Gestão junto à empresa Pronto Express Logística S/A.

Melhoria para a saúde

O acordo ainda prevê uma economia de R\$ 2,68 milhões em relação ao certame de operação logística anterior. O valor será reinvestido em outras áreas essenciais da saúde municipal, contribuindo para a melhoria dos serviços oferecidos à população. Com a nova licitação, o operador logístico passa a atender as unidades administradas pela RioSaúde, como o Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, a maioria das UPAs municipais e o Hospital do Andaraí

Iluminação

A RioLuz concluiu a instalação de 90 novas luminárias de tecnologia LED na região do Gasômetro, na Zona Portuária da cidade. A iniciativa faz parte das ações da companhia para ampliar a eficiência da iluminação pública e aumentar a sensação de segurança nos principais pontos de circulação de pedestres e motoristas.

Gasômetro

Com a nova iluminação, houve melhora significativa na visibilidade para quem se desloca pela região, especialmente nas áreas próximas aos pontos de ônibus e no trajeto de acesso ao Terminal Gentileza, importante polo de integração do transporte público da cidade.

Ouvidoria

A Casa Civil, por meio da Subsecretaria de Transformação Digital e Cidade Inteligente, celebra no dia 16, o Dia Nacional do Ouvidor, os 25 anos do Sistema Municipal de Ouvidoria. Criado em 2001, hoje com 150 profissionais dedicados, é um instrumento de escuta da população e de aprimoramento da gestão pública.

Respostas

Desde que foi integrado à Central 1746, em 2011, cerca de 2,5 milhões de manifestações foram registradas no sistema. Somente em 2025, foram acolhidas aproximadamente 258 mil manifestações. O tempo médio de atendimento foi de 12 dias, com 92% das demandas respondidas dentro do prazo estabelecido.

Ordem Pública

A Secretaria Municipal de Ordem Pública e o Instituto Municipal de Vigilância Sanitária interditaram, nesta terça-feira (17), uma fábrica de espetinhos de churrasco no Andaraí. O local não tinha registro para fabricação de produtos de origem animal e apresentava péssimas condições de higiene.

Alimentos

Os agentes inutilizaram aproximadamente 700 kg de alimentos, muitos deles com data de vencimento já ultrapassada. Os agentes municipais ainda multaram o Espetinho Gaúcho em R\$ 12 mil reais. A operação foi iniciada por volta das 10h e contou com a participação de 20 fiscais.



Bioética do cuidado defende paciente mais ativo nas decisões

Rio soma 5.168 incidentes na assistência à saúde

Falta de comunicação provoca conflitos e ações na Justiça

O direito do paciente de decidir sobre o próprio corpo e participar das escolhas relacionadas ao seu tratamento ainda enfrenta obstáculos no sistema de saúde brasileiro. A falta de comunicação assertiva entre profissionais e paciente, aliada à falta de escuta ativa, tem resultado em conflitos, eventos adversos e um número crescente de ações judiciais.

Levantamento da plataforma jurídica JusBrasil revela que mais de 10 mil ações judiciais na área da saúde mencionam o tema “consentimento informado”. Em muitos desses casos, hospitais e profissionais de saúde são acionados na Justiça por pacientes que alegam não ter recebido informações claras sobre procedimentos ou tratamento, o que gera pedidos de indenização por danos morais e materiais.

Apesar de garantidos por leis como a Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor, muitos brasileiros ainda desconhecem seus direitos no momento de receber atendimento em saúde.

Em 2025, o Brasil registrou 479.052 falhas na assistência à saúde, segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Já em 2026, até 15 de março, foram registrados 99.863 incidentes no sistema NOTIVISA. No Rio de Janeiro, foram 5.168 registros apenas neste período de 2026. Considerando todo o ano de 2025, o estado teve

27.179 notificações de incidentes relacionados à assistência à saúde.

O excesso de linguagem técnica também acaba dificultando a compreensão das informações pelos pacientes. “Quando os riscos, benefícios e alternativas não são explicados de forma clara, cria-se uma relação impositiva. O paciente acaba concordando com decisões baseadas em informações superficiais”, explica a advogada e doutora em Direitos Humanos Aline Albuquerque, autora do livro “Bioética do Cuidado em Saúde”.

A especialista destaca que o processo de comunicação é ainda mais sensível em diagnósticos graves, como o câncer. “Não se trata apenas de tratar a doença. É preciso cuidar do impacto emocional. Quando não há diálogo e transparência, o paciente se sente inseguro e isso pode até comprometer a adesão ao tratamento”, afirma.

Para a doutora, o aumento das ações judiciais está ligado à ausência de uma cultura consolidada de segurança do paciente no país. Embora exista um programa nacional voltado ao tema, o Brasil ainda não possui uma política estruturada e abrangente sobre segurança do paciente.

“Esse debate precisa começar na formação de profissionais de saúde. Médicos, enfermeiros e toda a equipe assistencial precisam compreender os riscos da prática clínica e a importância de colocar o paciente no centro do cuidado”, afirma Aline.